

Sumário

Número de notícias: 13 | Número de veículos: 7

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Proposta do Congresso para incentivo fiscal prevê cortes escalonados até o fim de 20322

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"VAMOS TER MAIS CONTROLE DAS TRANSAÇÕES EM CRIPTO. ESTAMOS FECHANDO AS PORTAS AO CRIME"4

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

Tíquete de servidor vai ser reajustado em 17,5%6

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Brasil tem janela de 3 anos para decidir o que quer ser na IA"7

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pejotização dos serviços e a reforma tributária (Artigo)10

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Um ano de Taxa das Blusinhas: pobre paga mais caro e não há crescimento de empregos12

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

STF declara omissão do Congresso por não taxar grandes fortunas14

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Presidente de comissão defende taxar bets em MP do Brasil Soberano15

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Petrobras pagará R\$ 12,16 bi em dividendos16

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Economia cresceu 3,2% em 2023, confirma IBGE17

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Siguler Guff mira ativo judicial no Brasil em novo acordo18

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Postura conservadora do Copom pressiona juros futuros20

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Ainda sob dúvidas, fundo para florestas atinge mais de 50% da meta22

Proposta do Congresso para incentivo fiscal prevê cortes escalonados até o fim de 2032

Murillo Camarotto, Beatriz Roscoe e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

O Congresso deve apresentar nas próximas semanas uma proposta de corte escalonado nos benefícios fiscais, com reduções graduais até o fim de 2032, quando termina o período de transição da **reforma tributária**. De acordo com parlamentares envolvidos na preparação do texto, o objetivo é construir algo mais estrutural e não apenas um "remendo" para ajudar o governo a cumprir a meta fiscal de 2026.

Outro ponto visto com ressalvas no Congresso é o desejo do governo de fazer um corte "linear" nos incentivos, ou seja, uma redução semelhante para todas as políticas, além de ser somente de uma vez. "É importante salientar que são dezenas de benefícios, cada um com suas particularidades. Há também aqueles em que será necessário avaliar o retorno que dão para o país e isso tem que ser levado em consideração na hora de promover um corte", explicou uma fonte.

Tramitam atualmente três projetos com foco nos incentivos. Um, de autoria do senador Esperidião Amin (PP-SC), trata da revisão periódica dos critérios para concessão dos benefícios e critérios de governança. Outro, do líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), propõe o corte linear de 10% dos benefícios tributários infraconstitucionais e aumenta a tributação sobre o regime de lucro presumido. O terceiro é do deputado Mauro

Benevides (PDT) e prevê um corte mínimo de 10% em benefícios tributários, financeiros e creditícios, mas que o governo considera ineficaz por não detalhar como tal corte será feito.

O projeto de Guimarães está sob a relatoria de Benevides na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e depois seguirá para a

Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Já os textos de autoria de Benevides e Amin têm o regime de urgência aprovado e podem ser votados diretamente em plenário. A tendência, segundo fontes envolvidas nas articulações, é que pontos defendidos pelo governo sejam inseridos nos projetos que já tramitam.

Em entrevista ao Valor, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), disse que havia uma tendência de unificação dos textos. Mais recentemente, em reunião com representantes da equipe econômica e com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), ficou definido que ficaria a cargo do deputado

Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) a relatoria da matéria. O parlamentar já era o relator do projeto de autoria de Amin.

A ideia de promover um corte "escadinha" foi apresentada por Motta ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, meses atrás, durante as discussões sobre o decreto que reajustou as alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). A sugestão não agrada muito a equipe econômica, pois diluiria o impacto fiscal ao longo do tempo, não resolvendo o problema fiscal para 2026, ano em que o governo se comprometeu com uma meta de superávit de 0,25% do **PIB**. Procurada, a Fazenda não comentou.

Em busca desse objetivo, além do corte linear de 10%, o projeto de Guimarães prevê uma tributação mais elevada sobre empresas que optam pelo regime de lucro presumido. A tendência, no entanto, é de que o relatório final da Câmara não contemple essa medida, devido à grande chance de rejeição. "O ambiente político também vai ser fundamental nesse processo. Só será levado a voto o que tiver apoio assegurado", disse a mesma fonte.

Os deputados lembram ainda que o número exato dos incentivos fiscais vigentes no país ainda não está totalmente claro. A cifra oficial da **Receita Federal** fala em algo em torno de R\$ 600 bilhões por ano, mas o próprio governo já deu a entender que pode chegar a R\$ 800 bilhões. "Estamos esperando a Receita mandar os valores corretos para podermos calibrar melhor os eventuais cortes nos benefícios", disse um dos envolvidos nas discussões.

Outra queixa comum no entorno de Motta é o excesso de "surpresas" na área fiscal. "A gente vai dormir pensando em uma proposta e acorda com um novo reajuste pro Judiciário, com gastos de R\$ 5 bilhões fora do arcabouço para a Defesa e por aí vai."

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251107>

"VAMOS TER MAIS CONTROLE DAS TRANSAÇÕES EM CRIPTO. ESTAMOS FECHANDO AS PORTAS AO CRIME"

THAÍS BARCELLOS, MANOEL VENTURA E THIAGO BRONZATTO

Robinson Barreirinhas

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

Chefe do Fisco avalia que atuação contra facções no varejo é relevante, mas que combater o financiamento da atividade criminosa é mais efetivo. Ele defende a aprovação do projeto de devedor contumaz

A **Receita Federal** irá aumentar o controle das transações com criptomoedas no país. O secretário do órgão, Robinson Barreirinhas, afirma que essa será a próxima iniciativa do Fisco para "fechar as portas" do sistema financeiro para o crime organizado. Segundo ele, a atuação contra facções no varejo é importante, mas o asfixiamento econômico é mais efetivo e estrutural.

Além disso, o chefe da Receita diz que a aprovação do projeto que busca coibir o devedor contumaz pode ser um mecanismo importante para asfixiar os recursos movimentados de forma irregular. Barreirinhas também aponta que as autoridades estão de olho nas bets ilegais, que têm "um jeito singelo de lavar dinheiro".

Nos últimos meses, houve uma série de operações contra o crime organizado com participação da Receita. Como o Fisco tem atuado para combater as facções?

No diálogo dentro da Receita e com outros órgãos, como Ministério Público (MP) e Polícia Federal (PF), percebemos o que parece óbvio hoje: temos que sentar e trocar figurinhas. A Operação Carbono Oculto (deflagrada em agosto contra o Primeiro Comando da Capital - PCC) foi nessa linha. Além da coordenação, pegamos um setor (de combustíveis) de ponta a ponta: desde a importação até a lavagem de dinheiro, passando pelo mercado financeiro. Agora, também temos o apoio do mercado, que está em cima para a aprovação do projeto do devedor contumaz (empresas e pessoas que acumulam dívidas tributárias de forma reiterada e deliberada).

Como o projeto do devedor contumaz pode ajudar a combater o crime organizado?

Antigamente, pagavam o tributo para acobertar o uso de uma estrutura empresarial para a lavagem de dinheiro. Hoje, não mais. É tão mais fácil abrir e fechar empresas que não se dão mais ao trabalho de pagar o tributo. Eram em torno de oito anos de processo administrativo. Trabalhamos duramente para reduzir isso. Já estamos em seis anos. Quero chegar a quatro anos. Mesmo assim, é muito tempo. Nesse período, a empresa formalmente está legitimada. O devedor contumaz vem no sentido de encurtar isso. Vai resolver todos os problemas? Não, mas pelo menos eles deixam de usar esse tipo de empresa para movimentação de recursos. Vão ter que achar outro caminho.

O que mais pode ser feito no combate ao crime pela via financeira?

As fintechs agora prestam informação. O Banco Central (BC) restringiu a conta-bolsão (que permite ocultar o real titular dos recursos). Ou seja, fechamos essas portas. Depois da entrada no mercado financeiro, eles usavam a estrutura de fundos de investimento para esconder (os recursos). Soltamos na semana passada uma regra para identificação do beneficiário final do fundo. Em breve, também vamos publicar uma nova instrução em relação a cripto, antes do fim do ano. Estamos conversando com o BC, a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e com o setor legítimo. Estamos fechando todas as portas (ao crime) que nós conhecemos.

O que será proposto para criptoativos?

Estamos fechando e sairá em breve. Precisamos ter um alinhamento. Até a nomenclatura é diferente em cada órgão, e chegamos à conclusão de que será impossível uniformizar totalmente neste momento. Mas queremos evitar conflitos. Precisamos estar alinhados porque o que o BC fizer pode ter reflexo aqui, e o que a Receita fizer pode ter reflexo para o BC. A mesma coisa com a CVM.

Mas qual será o impacto dessa instrução no combate ao crime?

Vamos ter mais controle das transações, e a norma vai estar no padrão internacional para que possamos fazer troca de informação. A **Receita Federal** tem competência para verificar a aquisição e a venda para fins de ganho de capital. E se, por exemplo, for considerado operação de câmbio pelo órgão regulador, que é o BC, teria o reflexo tributário do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras). Mas, neste momento, nossa preocupação é ter o dado padronizado.

Como é que vai funcionar na prática a delegacia de combate ao crime na Receita?

É a nossa equipe de combate à fraude estruturada e organização criminosa, só que agora com estrutura de delegacia. O que significa? Tenho cargos, consigo pagar melhor, atrair mais servidores qualificados, porque tem uma constância maior, independentemente de mudança de governo. Deu uma pausa, porque as funções (da delegacia) estavam na MP 1.303 (alternativa ao IOF). Está sendo articulada a inclusão em algum projeto de lei.

Já houve participação da Receita em outras investigações, como no caso da Lava-Jato. O que será diferente agora?

Infelizmente, em alguns casos, era informal. É esse tipo de erro que a gente não quer cometer novamente. O que a gente está fazendo agora é institucionalizado. É documentado. Agora, (as organizações criminosas) estão sem R\$ 20 bilhões, R\$ 30 bilhões, que foram bloqueados. Essa é a grande novidade também. Não estou subestimando a necessidade de atacar a ponta, o varejo. Não vejo diferença essencial em combater a estrutura financeira e combater o ladrão que agride alguém para roubar o celular. É importante ter a ressa ostensividade para dar tranquilidade à população. Mas tenho convicção de que é mais efetivo e estrutural combater o aspecto financeiro, o financiamento dessa atividade criminosa. E a segunda coisa: o fato de ninguém ter morrido. Como a pessoa está viva, eu consigo conversar com ela. O Ministério Público está conversando com as pessoas envolvidas nessas operações. E fizemos de um jeito para que não tenha nulidade, estamos fazendo institucionalmente. Pode esperar que todas as operações vão ter desdobramento.

O que mais pode ser proposto pela Receita de medidas para fechar as portas para o crime organizado?

Também estamos fechando o cerco para importação

irregular e dividindo a responsabilidade com os estados. Estavam utilizando o desembaraço antecipado (de mercadorias) para colocar uma empresa como importadora que não tinha nenhuma capacidade para estar importando. Essa é a outra frente que vamos investigar a partir de agora. Às vezes, essa empresa aparece quebrada, em recuperação judicial. De onde está tirando o dinheiro? E, se tem movimentação, não deveria estar quebrando. Como fica 10, 15 anos em recuperação judicial? Quem é que defere esse tipo de decisão? Vamos puxando o fio da meada, e a coisa vai se ampliando.

Como o combate às organizações criminosas se insere no contexto de bets ilegais?

Vou falar abstratamente: a bet (ilegal) é um jeito singelo de lavar dinheiro. "Ganhei tantos milhões em bets." Pronto, lavou o dinheiro. Poderíamos ir atrás da bet para saber se houve jogo mesmo, mas a bet (ilegal) está no exterior. Então, é evidente que é um caminho de lavagem de dinheiro. Quem está na legalidade estamos tratando com conformidade. Quem está na ilegalidade é trabalho de inteligência, MP e PF. Posso garantir que estamos em cima disso.

Como a Receita está se preparando para operacionalizar as mudanças na tributação do consumo e da renda, cujo projeto foi aprovado nesta semana pelo Congresso?

O sistema da tributação do consumo já está em (projeto) piloto, com centenas de empresas parceiras ligadas e testando. Os ajustes do sistema do IR já estão em andamento, preparados para garantir a isenção em 2026, além de outros ajustes menores. A maior demanda, em termos de operacionalização, será para 2027, no sistema da declaração de ajuste anual.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Tíquete de servidor vai ser reajustado em 17,5%

O governo assinou com servidores do Poder Executivo Federal o Termo de Compromisso que trata do reajuste dos benefícios.

O auxílio-alimentação será reajustado em 17,5% a partir do próximo mês, com nova correção prevista para abril de 2026.

Já o per capita saúde - subsídio ou ressarcimento pago pelo governo aos **servidores públicos** federais para custear planos de saúde suplementar - e o auxílio-creche terão seus valores atualizados em 2026, com base no IPCA (a **inflação** oficial) acumulado desde a última correção.

A assinatura do documento ocorreu na manhã de ontem, no Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI).

Rudinei Marques, presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (Fonacate), reiterou que a entidade deve continuar buscando aumento dos valores em 2026, particularmente do per capita saúde.

"Fizemos um pedido especial para a melhoria do per capita saúde. O reajuste previsto para abril de 2026 da **inflação** acumulada desde a última recomposição é insuficiente", disse Marques.

Também foi cobrada a extensão do auxílio-alimentação aos servidores aposentados, que hoje não recebem o benefício. |

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Brasil tem janela de 3 anos para decidir o que quer ser na IA"

Murillo Camarotto e Beatriz Roscoe De Brasília

Frequentemente escolhido para relatar projetos espinhosos na Câmara - entre os quais a **reforma tributária** -, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) está desde maio debruçado sobre a regulamentação da Inteligência Artificial no Brasil. As complexas discussões sobre o uso desse tipo de ferramenta ultrapassam em muito a seara tecnológica, chegando a questões econômicas, geopolíticas e de soberania nacional.

O relatório que o parlamentar pretende apresentar e votar em dezembro vai incluir, por exemplo, o Redata, como é conhecido o Regime Especial de Tributação para Serviços de Data Center. A inclusão do programa conecta a discussão regulatória à infraestrutura física necessária ao processamento e armazenamento de dados, elementos centrais para o bom funcionamento dos sistemas de inteligência artificial.

Aguinaldo avalia que o Brasil tem uma janela de oportunidade de cerca de três anos para decidir se quer ser apenas consumidor ou também provedor de inteligência artificial. "Temos talentos, energia e um mercado relevante - somos um dos maiores do mundo para as 'big techs'. O momento é agora: se perdermos essa janela, ficaremos para trás", disse em entrevista ao Valor.

Após concluir a rodada de audiências públicas, a comissão comandada por ele está iniciando a fase de reuniões interministeriais e conversas técnicas entre as equipes do governo e do Congresso para alinhar o texto. O relator admite que o próprio governo ainda não tem uma proposta unificada para o projeto, mas avalia que o processo de unificação do discurso será natural.

O importante para Aguinaldo é viabilizar uma regulação que garanta previsibilidade aos investimentos e segurança com soberania ao país. Por isso, segundo ele, é importante calibrar bem o nível da burocracia para não espantar investimentos e deixar o país defasado, como acontece, de certa forma, na União Europeia.

Sobre a questão dos direitos autorais - um dos pontos mais controversos da IA -, ele diz que ainda não há um caminho claro à vista e acredita que o Brasil terá que

"inovar" na regulação. Agora mais íntimo da tecnologia, o parlamentar intensificou o uso da inteligência artificial na sua rotina. As contribuições dos robôs para a vida do relator vão desde as pesquisas sobre legislação até a composição de músicas.

A seguir os principais pontos da entrevista ao Valor:

Valor: Quais os principais aprendizados da comissão até agora?

Aguinaldo Ribeiro: Quando o projeto chegou na Câmara, vindo do Senado, a inteligência artificial generativa ainda nem existia. O ChatGPT foi lançado no fim de 2022, e isso mudou completamente o cenário. A Câmara precisou se debruçar sobre um texto que já estava, de certa forma, defasado. Tivemos muitas audiências públicas e eventos técnicos, no Brasil e no exterior, que nos ajudaram a aperfeiçoar o texto. O desafio é grande, porque não há um modelo histórico de regulação em outros países. Tudo é muito novo, e estamos construindo um marco regulatório praticamente do zero.

Valor: Houve alguma surpresa ao longo desse processo?

Aguinaldo: A principal surpresa foi a velocidade da evolução tecnológica. Enquanto discutimos a regulação, a tecnologia avança em um ritmo muito mais rápido. Se tivéssemos aprovado o texto do Senado antes da IA generativa, já precisaríamos de uma nova lei agora. Isso exige que pensem de forma conceitual e prospectiva, para não legislar olhando para o retrovisor.

Valor: Diante desse avanço acelerado, a regulação precisará de mecanismos de atualização?

Aguinaldo: Nosso maior desafio é criar um ambiente que estimule a inovação tecnológica e atraia investimentos, sem deixar de proteger os direitos fundamentais do cidadão e a soberania nacional. A fronteira tecnológica é hoje a nova fronteira da soberania. Isso envolve IA, cibersegurança, conectividade, satélites - todo o ecossistema tecnológico. As fronteiras do mundo já não são mais portos e aeroportos, e sim o ambiente digital.

"Para falar de soberania, é indispensável infraestrutura: dados do brasileiro tratados no país"

Valor: Como tem sido a participação do governo federal no debate sobre o projeto?

Aguinaldo: O governo participou de todas as audiências públicas, com a presença de representantes de diversas áreas. Discutimos temas como impacto da IA na empregabilidade, direitos autorais, governança e integração com o Programa Brasileiro de Inteligência Artificial. Agora estamos em uma nova etapa, com reuniões interministeriais e conversas técnicas entre as equipes do governo e da Câmara para aprimorar o texto.

Valor: Quais ministérios estão envolvidos nessas conversas?

Aguinaldo: O Ministério da Ciência e Tecnologia, o da Educação, da Cultura, da Saúde, da Fazenda e também a Secom [Secretaria de Comunicação Social da Presidência]. O governo participou, inclusive, de visitas técnicas no exterior, como no Reino Unido, para conhecer os modelos de regulação.

Valor: Já se pode perceber uma visão unificada do governo?

Aguinaldo: Já fui ministro e líder de governo, e sei que dentro de qualquer governo há visões distintas. Isso faz parte do processo. No momento certo, o Executivo vai consolidar uma posição unificada. Mas a ideia é que a gente, nos próximos dias, comece a avançar na questão do texto propriamente dito.

Valor: Entre os desafios - governança, responsabilidade civil, propriedade intelectual - qual é o mais difícil de alinhar?

Aguinaldo: O debate tem sido muito técnico, o que é bom. Houve divergências, mas sempre com respeito e foco em soluções. Alguns defendem até que não se deve regular, mas o fato é que o avanço tecnológico não vai parar. Estamos vendo empresas lançando humanoides - robôs equipados com IA - que já serão vendidos comercialmente nos Estados Unidos no próximo ano, e na China isso já acontece.

Valor: E o Brasil?

Aguinaldo: Temos um grande desafio e, ao mesmo tempo, uma enorme oportunidade. Precisamos garantir estabilidade regulatória e segurança jurídica para atrair investimentos em infraestrutura e data centers. O Brasil tem uma matriz energética limpa, o que é um diferencial para desenvolver data centers sustentáveis. Falamos muito em soberania, mas ela só

é real se tivermos infraestrutura tecnológica própria e os dados dos brasileiros processados aqui. É uma questão de segurança nacional.

Valor: O senhor pretende incluir o Redata no parecer?

Aguinaldo: Sim, vamos colocar o Redata no texto. O próprio projeto do Senado já trata de fomento à infraestrutura. Há convergência com a intenção do governo. Para falar de soberania, é indispensável ter infraestrutura e tecnologia: os dados do brasileiro tratados no país, com segurança. Vemos uma janela de cerca de três anos para o Brasil decidir se quer ser apenas consumidor ou também provedor de IA.

Valor: O senhor mencionou uma "janela de oportunidade" de três anos. O que quis dizer com isso?

Aguinaldo: O mundo vive uma corrida tecnológica, e o Brasil precisa decidir se quer ser apenas consumidor ou também provedor de tecnologia e de IA. Temos talentos e um mercado relevante - somos um dos maiores do mundo para as "big techs". O momento é agora: se perdermos essa janela, ficaremos para trás.

Valor: E quanto ao cronograma de tramitação? A votação ainda é esperada para este ano?

Aguinaldo: Sim, a meta é votar o projeto ainda neste ano. Tenho dialogado com o senador Eduardo Gomes (PL-TO), relator no Senado, para garantir que o texto chegue maduro por lá.

Valor: O senhor já mencionou o tema da governança. O que está sendo discutido nesse ponto?

Aguinaldo: É dar efetividade à estrutura que vai acompanhar a aplicação da lei. Por exemplo, o tema da avaliação de risco. Precisamos definir o que deve ter um tratamento mais rigoroso e o que pode ser avaliado com menos burocracia, para não travar a inovação. A regulação não pode engessar

o avanço tecnológico, mas também não pode deixar de proteger vidas e direitos.

Valor: Existe esse risco de burocratizar demais?

Aguinaldo: Sim, e isso já está acontecendo em alguns lugares. A União Europeia, por exemplo, aprovou uma regulação bastante restritiva e acabou criando barreiras para certas empresas. Há produtos com IA que não podem ser comercializados lá, enquanto no resto do mundo estão disponíveis. Esse tipo de restrição transforma países em ilhas tecnológicas. O desafio é encontrar o equilíbrio: proteger sem travar.

Valor: O texto já define o que será considerado "alto risco"?

Aguinaldo: O projeto do Senado já traz uma diferenciação, e estamos aprimorando isso. O objetivo é detalhar melhor os critérios, sem sufocar a inovação.

Valor: O senhor analisou vários modelos lá fora. Algum que o Brasil possa adotar como referência?

Aguinaldo: Não existe um modelo único. Cada país está desenvolvendo sua própria abordagem. A União Europeia tem uma regulação mais conservadora, que exige testes e certificações prévias. Os Estados Unidos seguem um modelo mais descentralizado, com regulações estaduais e baseadas no princípio do "fair use". O Reino Unido não tem uma lei específica de IA, mas trabalha com um órgão regulador - o "Ofcom" - dentro de uma lei mais ampla, o "Online Safety Act". Já Japão e Singapura têm legislações consideradas equilibradas, mas também muito particulares.

Valor: E o Brasil?

Aguinaldo: O Brasil precisa construir o seu próprio modelo, adaptado à sua realidade. Temos um mercado grande e uma vantagem energética importante, o que nos permite processar dados de forma sustentável. Hoje, entre 60% e 70% dos dados brasileiros são processados fora do país. Isso é um problema de soberania. O governo possui um volume enorme de dados - de saúde, educação, programas sociais - e é também um grande consumidor. Precisamos criar condições para que essa tecnologia seja desenvolvida e contratada aqui.

Valor: O que seria necessário para que o país deixasse de ser apenas consumidor de tecnologia e passasse a ser provedor?

Aguinaldo: É preciso uma política estruturada de fomento, investimento em energia limpa, conectividade, cabos submarinos, satélites e infraestrutura de telecomunicações. Temos talentos e condições técnicas, mas falta previsibilidade regulatória.

"O Brasil precisa decidir se quer ser apenas consumidor ou também provedor de tecnologia"

Valor: Como a lei deve tratar a responsabilidade por decisões ou erros cometidos por sistemas de Inteligência Artificial?

Aguinaldo: Esse tema está diretamente ligado à avaliação de risco. É preciso garantir a segurança do cidadão e estabelecer responsabilidades em cada etapa do processo. A IA é composta de múltiplas

camadas - um sistema pode ter outras IAs integradas. É essencial definir responsabilidades regressivas, como ocorre na aviação: se há um acidente, investiga-se cada elo da cadeia para determinar onde houve falha - humana, técnica ou de fabricação. O princípio é esse: proteger vidas e garantir transparência.

Valor: A questão dos direitos autorais também tem gerado debates intensos. Como o projeto deve tratar o uso de obras e conteúdos no treinamento das IAs?

Aguinaldo: Esse é um dos temas mais complexos. Fizemos três audiências públicas só sobre isso, com representantes de artistas, jornalistas e autores. O desafio é equilibrar o direito de autoria e o direito autoral - que nem sempre pertencem à mesma pessoa. Discutimos modelos de "optout", como o "cadastro positivo": todo mundo entra no sistema de treinamento, mas quem não quiser ter sua obra usada pode optar por sair. Outros defendem o contrário, o "opt-in", em que só entra quem autorizar previamente. Valor: Qual tem mais chances? Aguinaldo: São soluções que a gente está - eu estou só dando exemplos - avaliando. Uns dizem que existem condições técnicas de você separar a contribuição de cada um naquele serviço, naquela aplicação. Outros dizem que, tecnicamente, é muito difícil, porque você teria que saber quantos por cento de cada obra ele usou para gerar um determinado conteúdo. A gente tem que pensar num formato onde você, no treinamento, possa criar um sistema que preserve o direito autoral. A gente vai ter que criar, talvez o Brasil seja uma inovação nesse tema.

Valor: Já estamos em novembro. Essa discussão deve estar resolvida até o fim do ano?

Aguinaldo: Eu espero que sim. É provável que o texto traga uma proposta inovadora nesse ponto. Antes de fechar o relatório, queremos ouvir novamente artistas, jornalistas e outros setores. O importante é construir um marco que garanta inclusão, evite distorções e mantenha o Brasil no mapa global da inovação.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251107>

Pejotização dos serviços e a reforma tributária (Artigo)

Renato Lopes da Rocha

O Supremo Tribunal Federal (STF) foi novamente acionado para avaliar a constitucionalidade da contratação de trabalhador autônomo ou pessoa jurídica para a prestação de serviços no Tema 1.389. A Corte terá que decidir sobre a validade do regime de contratação envolvendo a prestação de serviços quando há alegação de que estariam presentes os requisitos para o reconhecimento de vínculo empregatício.

Sem adentrar em detalhes do caso concreto, o tema envolve a chamada pejotização dos serviços. É fundamental conhecer a origem do assunto para sua adequada compreensão, tendo em vista haver aparente conflito entre os direitos sociais dos trabalhadores e formas alternativas de contratação buscando eficiência e dinamismo nas relações econômicas.

Em 2017, a reforma trabalhista autorizou a terceirização de todas as atividades das empresas. Antes, porém, apenas as atividades-meio podiam ser executadas de forma terceirizada. A partir da reforma laboral, também puderam ser terceirizadas as atividades-fim, que são aquelas ligadas diretamente ao produto vendido ou ao serviço prestado, portanto, geradoras de receita.

Por ser a pejotização um subtipo de terceirização, não há qualquer espécie de ilicitude per se, salvo se a sua utilização tiver o único fim de reduzir os encargos previdenciários, posto que presentes os elementos que caracterizam a relação de emprego, como pessoalidade, onerosidade, habitualidade e subordinação.

As alterações da reforma trabalhista já foram levadas ao crivo do STF, que decidiu no Tema 725 sobre a licitude da terceirização de serviços para a consecução da atividade-fim da empresa. O STF firmou a tese de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante".

Em que pese a aparente pacificação do tema, novos recursos batem às portas do STF, o que levou o

decano, ministro Gilmar Mendes, a determinar a suspensão nacional de todos os processos que tratem das mesmas questões. Na decisão que determinou a suspensão nacional dos processos, o ministro Gilmar Mendes pontuou o descumprimento sistemático da orientação do STF pela Justiça do Trabalho como fonte de insegurança jurídica.

Mas qual é a relação da reforma tributária com a pejotização?

É incontroverso que os encargos trabalhistas e previdenciários incidentes sobre a remuneração de empregados é tema central no debate econômico e no mercado de trabalho, pois, a depender da formatação da empresa empregadora, o custo de uma contratação celetista pode variar de 30% a até 100% do salário do empregado.

Esse elevado custo representa estímulo à informalidade, cria barreiras à contratação de novos empregados e onera pesadamente a atividade empresarial, impactando o valor final dos produtos e serviços e reduzindo a competitividade das empresas brasileiras no mercado internacional.

Há diversas pesquisas e estudos sobre o custo do trabalho no Brasil, a exemplo de trabalho publicado pela Escola de Economia da FGV de São Paulo e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que decompõe o custo como o resultado da combinação de encargos sociais, trabalhistas e alta rotatividade no mercado de trabalho. Foi nesse contexto que houve a aprovação da reforma trabalhista em 2017.

A reforma tributária, aprovada pela Emenda Constitucional (EC)

o n 132/2023, e regulamentada, até o momento, pela Lei

o Complementar (LC) n

214/2025, poderia ter contribuído para esse cenário de custo do trabalho e pejotização dos serviços.

Duas regras importantes da reforma tributária são a neutralidade do IVA Dual (IBS e CBS) e a não cumulatividade plena. O princípio da neutralidade diz que as decisões dos agentes econômicos não são

dirigidas em razão de políticas tributárias, isto é, os **tributos** não deveriam interferir na estruturação dos negócios. Já a não cumulatividade plena permite o creditamento dos **tributos** recolhidos sobre a aquisição de insumos para afastar o denominado efeito cascata ao longo da cadeia de produção.

Andou mal o Parlamento ao regulamentar a **reforma tributária**, afastando o direito ao crédito de IBS e CBS sobre as despesas com salários e encargos sociais e previdenciários, sob o fundamento de que a relação empregatícia não está sujeita aos referidos **tributos**.

O fato de não haver incidência de IBS e CBS no fornecimento de serviços por pessoas físicas em decorrência de relação de emprego não justifica a vedação do direito ao crédito, na medida em que não há dúvidas de que se trata de insumo indispensável à atividade econômica, em especial na prestação de serviços, sendo certo que a República Federativa do

Brasil tem como um de seus fundamentos o valor social do trabalho.

Para preservar os direitos sociais, deveria o Parlamento ter assegurado condições mais equânimes aos trabalhadores, conferindo ao empregador crédito de IBS e CBS sobre as despesas com salários e encargos sociais e previdenciários, alçando a relação empregatícia para patamar de maior competitividade frente ao fenômeno da pejetização, que permitirá crédito tributário aos contratantes dessa modalidade de serviço.

Ainda há muito o que se fazer em termos de regulamentação da **reforma tributária**, razão pela qual o Parlamento não deve se ater a dogmas jurídicos, pressões arrecadatórias e visões tecnocratas que não reflitam a realidade econômica.

Renato Lopes da Rocha é sócio do Campos Mello Advogados. Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251107>

Um ano de Taxa das Blusinhas: pobre paga mais caro e não há crescimento de empregos

Um ano após a entrada em vigor da chamada Taxa das Blusinhas do governo federal, estudo da LCA Consultores analisa alguns dos efeitos econômicos dessa política tarifária. A medida, criada pelo Art. 32 da Lei 14.902/2024, instituiu uma alíquota de 20% sobre importações de até US\$ 50, com o objetivo de proteger o varejo e a indústria nacionais. A Taxa das Blusinhas, ao contrário do que indica o nome, não se aplica somente a blusas ou somente ao setor têxtil, mas a todas as compras feitas em plataformas de e-commerce internacional, incluindo produtos eletrônicos, utensílios domésticos, perfumaria etc.

De acordo com o levantamento da LCA, realizado a pedido da Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia - Amobitec, a taxa não teve impacto mensurável na geração de empregos e acabou penalizando principalmente os consumidores de baixa renda, que passaram a pagar mais caro nos produtos e a consumir menos.

Considerando os dados do Ministério do Trabalho, análise estatística presente no estudo constatou que nos doze meses seguintes à introdução da Taxa das Blusinhas, que passou a vigorar em 1º de agosto de 2024, o crescimento do emprego em setores do varejo e da indústria beneficiados com a taxação da importação de baixo valor se manteve no patamar verificado nos doze meses anteriores.

Além disso, o crescimento do emprego nesses mesmos setores nos 12 meses posteriores a taxa das blusinhas está abaixo do crescimento do emprego geral no Brasil: 0,97% no comércio varejista beneficiado e 0,97% nas indústrias beneficiadas, contra 3,04% na média nacional.

Em resumo, a Taxa das Blusinhas não teve impacto direto sobre emprego mesmo em segmentos que teoricamente seriam diretamente beneficiados e o pequeno crescimento existente no período é reflexo do aquecimento geral da economia.

O novo imposto recaiu sobre consumidores de baixa renda

O estudo também mostra que o peso do novo imposto foi sentido de forma desigual pela população. Segundo pesquisa realizada pelo Plano CDE, utilizada pela LCA, cerca de 70% de toda a arrecadação com a taxa

vem de consumidores das classes C, D e E.

Essas faixas de renda foram as mais impactadas quando se considera o peso do novo imposto sobre a renda disponível, configurando uma tributação regressiva que penaliza proporcionalmente as famílias de menor renda.

Queda nas importações e no padrão de vida

A LCA identificou uma queda imediata, em agosto de 2024, de US\$ 122 milhões nas importações mensais de bens de consumo, número que chega a US\$ 176 milhões em junho de 2025, ao se considerar a tendência de crescimento interrompida após a criação da taxa.

O estudo destaca que tarifas de importação aumentam os preços por definição e o encarecimento dos produtos recai diretamente sobre o bolso dos consumidores finais.

Entre os consumidores das classes C, D e E, entrevistados pelo Plano CDE, a parcela de consumidores que desistiu da compra nas plataformas de e-commerce após checar o preço final com imposto subiu de 35% para 45% entre agosto de 2024 e abril de 2025. Além disso, 80% afirmaram buscar produtos difíceis de encontrar no Brasil, o que mostra que a política também reduziu a diversidade de bens disponíveis.

Brasil tem uma das maiores alíquotas da América Latina

O estudo da LCA mostra que o Brasil passou a ter uma das maiores cargas tributárias sobre importação de baixo valor da América Latina. Enquanto o país cobra 20% de imposto de importação e até 20% de ICMS, países como Argentina e Chile isentam totalmente o imposto de importação de pequenas remessas, mantendo somente o imposto de consumo, e países como Colômbia e Peru isentam ambos **impostos**.

Segundo dados da Global Express Association (2025), mais de 90 países adotam políticas de "de minimis", que isentam pequenas remessas de **impostos** de importação e, em muitos casos, também de consumo.

"O modelo mais eficiente é aquele adotado por países desenvolvidos e de renda média: a isenção do imposto de importação para pequenas remessas, combinada à cobrança do imposto de consumo de forma isonômica em relação à produção nacional", afirma Eric Brasil, diretor da LCA Consultores.

De acordo com o estudo, essa estrutura, já recomendada por organismos internacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), reduz custos administrativos, simplifica o processo alfandegário e beneficia principalmente o consumidor de menor renda.

"No caso brasileiro, a **Reforma Tributária** em curso já aponta nessa direção, ao propor um IVA unificado e equilibrado entre setores e regiões. Até a entrada em vigor do IBS e CBS, o próprio ICMS teria o papel de imposto sobre o consumo. Dessa forma, com isenção na importação de bens de baixo valor e cobrança de ICMS, o Brasil voltaria para uma condição alinhada ao benchmark internacional", afirma Brasil.

Para André Porto, diretor executivo da Amobitec, o comércio eletrônico brasileiro vem se consolidando como um dos motores da economia digital. As empresas geram empregos, arrecadam **impostos** e inovam, ao ampliar a oferta de produtos mais acessíveis para a população.

"Penalizar esse setor com medidas restritivas e mal calibradas é ir na contramão do desenvolvimento. É legítimo que o país debata mecanismos para fortalecer a indústria nacional, mas isso deve ser feito baseado em dados e com um diálogo aberto com os setores envolvidos - especialmente aqueles que geram inovação, inclusão digital e oportunidades, como o e-commerce", afirma Porto.

(*) Homework inspira transformação no mundo do trabalho, nos negócios, na sociedade. É criação da Compasso, agência de conteúdo e conexão.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/um-ano-de-taxa-das-blusinhas-pobre-paga-mais-carro-e-nao-ha-crescimento-de-empregos,d30ed9d1065687996d6fa3afc9c9e68f3ns7qsfy.html>

STF declara omissão do Congresso por não taxar grandes fortunas

RAYSSA MOTTA E LAVÍNIA KAUCZ

O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou ontem que há omissão do Congresso por não regulamentar um imposto sobre grandes fortunas. A Constituição de 1988 prevê, no artigo 145, a taxa progressiva. Segundo o texto, "sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte".

A maioria na Corte foi formada com os votos de Marco Aurélio Mello (ministro aposentado), Flávio Dino, Cristiano Zanin, Kassio Nunes Marques, Dias Toffoli, Cármen Lúcia e Alexandre de Moraes.

Os ministros preferiram não fixar prazo para o Congresso aprovar legislação sobre o tema.

A maioria decidiu que o julgamento servirá apenas como "advertência institucional", ou seja, para acelerar a regulamentação.

Os magistrados consideram que a Constituição é taxativa e que não cabe ao Legislativo fazer uma avaliação política sobre a criação do imposto.

"Se é tecnicamente e faticamente possível essa gradação dos impostos à luz do princípio da capacidade contributiva, não está no território da discricionariedade legislativa fazer ou não fazer", afirmou Dino.

"A meu ver, temos uma gritante, eloquente, insuportável omissão constitucional", acrescentou o ministro.

Outro ponto levado em consideração é que o Legislativo teve 37 anos para regulamentar a taxa das grandes fortunas, mas não o fez.

A ação foi movida pelo PSOL em 2019. O relator, Marco Aurélio Mello, votou em 2021 a favor de reconhecer a omissão do Legislativo. Na ocasião, o julgamento foi suspenso por pedido de destaque do ministro Gilmar Mendes, que levou a discussão ao plenário físico.

VOTO VENCIDO. O ministro Luiz Fux ficou vencido. Ao contrário dos colegas, Fux considerou que o Legislativo e o Executivo podem analisar a

"conveniência" do imposto. "Nós temos que respeitar a opção política do governo", argumentou.

Edson Fachin e Gilmar Mendes estão ausentes e não participaram do julgamento.

A Constituição estabelece que "compete à União instituir imposto sobre grandes fortunas, nos termos de lei complementar".

Para o PSOL, esse trecho "permanece letra morta, por falta de lei complementar votada pelo Congresso".

"CAPACIDADE CONTRIBUTIVA".

"A regressividade que marca o sistema tributário não é apenas inconveniente, não é apenas errada, não é apenas injusta, é tudo isso", afirmou Dino.

"Mas, sobretudo, tenho convicção mais profunda de que estamos diante de uma situação inconstitucional, porque há uma incompatibilidade frontal com a dicção expressa da Carta Magna, no sentido de que os impostos devem ser graduados segundo o princípio da capacidade contributiva." A Câmara negou omissão e afirmou ao STF que há um projeto de lei sobre o caso pronto para ser votado em plenário.

Em 2020, a Procuradoria-Geral da República (PGR) afirmou que o Supremo afrontaria a separação entre os Poderes se aceitasse o pedido do PSOL.

No atual mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, costuma ser um defensor mais contundente da taxa dos chamados "super-ricos". Em 2023, no primeiro ano do governo do petista, a pasta da Fazenda chegou a prever um potencial de arrecadação com a medida de cerca de R\$ 45 bilhões até 2026. |

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Presidente de comissão defende taxar bets em MP do Brasil Soberano

Andrea Jubé De Brasília

O presidente da comissão mista do Congresso que analisa a medida provisória (MP) do programa Brasil Soberano, deputado Cezinha de Madureira (PSDSP), defendeu a elevação dos **impostos** sobre as bets e disse que deseja que o tema conste do texto da matéria. Ele convocou reunião para votação do relatório da proposta para terça-feira (11).

"Sou favorável ao aumento dos **impostos** das "bets" e vou defender que o assunto seja tratado na MP", adiantou ao Valor. Embora o tema enfrente resistência de parlamentares, principalmente do Centrão, Cezinha de Madureira, que já foi líder da frente parlamentar evangélica, acredita que a iniciativa tenha apoio da maioria dos integrantes dessa bancada, que é uma das maiores do Legislativo.

No Congresso, entre defensores da elevação dos **tributos** sobre as plataformas de jogos online, há quem sustente uma alíquota até mesmo de 27,5%, equivalente ao maior percentual do imposto de renda devido pelas pessoas físicas com maiores rendimentos. No Senado, projeto de autoria do senador Renan Calheiros (MDB-AL), e relatado pelo líder do MDB, Eduardo Braga (AM), propõe dobrar a taxa das bets, de 12% para 24%.

A MP com alternativas ao aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que perdeu a validade e não foi votada, previa elevar a alíquota sobre os jogos online para 18%. O governo conta com essa receita extra para o equilíbrio fiscal.

O parecer do relator da MP do Brasil Soberano, senador Fernando Farias (MDB-AL), ainda não é conhecido. Uma reunião para análise do texto havia sido convocada para 14 de outubro, mas foi cancelada. Cezinha de Madureira afirma que, desta vez, o relatório será votado "e aprovado" na reunião de terça-feira.

Se a articulação do presidente do colegiado for bem-sucedida, o aumento dos **impostos** das bets poderia, tecnicamente, entrar no texto da MP do Brasil Soberano, por se tratar de matéria com afinidade temática (tributária), e não apreciada pelos parlamentares.

A medida provisória foi editada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em agosto para mitigar os impactos econômicos do tarifaço imposto pelo governo dos Estados Unidos. Entre as medidas, estão R\$ 30 bilhões de crédito, via Fundo da Garantia a Exportação (FGE), ampliações do programa Reintegra e do prazo do regime de "drawback".

Diante de rumores de que o Ministério da Fazenda teria perdido

o interesse pela MP, em virtude da melhora no ambiente de negociações com os EUA, Cezinha de Madureira acha "prematura" essa avaliação. "Não acredito que o governo vá trair os empresários, principalmente, dos

setores sucroalcooleiro, de madeira, alguns dos mais afetados, o agronegócio, em geral", disse.

Até o momento, após o encontro cordial entre Lula e o presidente americano Donald Trump na Malásia, só está no horizonte

uma possível reunião do chanceler Mauro Vieira com o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, na semana que vem, no Canadá. Esse encontro, entretanto, ainda não foi confirmado oficialmente.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20251107>

Petrobras pagará R\$ 12,16 bi em dividendos

Fábio Couto, Kariny Leal e Rafael Rosas

A Petrobras confirmou a expectativa de uma remuneração robusta aos acionistas da companhia, relativa ao terceiro trimestre. A empresa anunciou na quinta-feira (6) a distribuição de R\$ 12,16 bilhões em dividendos intercalares, em linha com o esperado pelo mercado. Ontem, a petroleira divulgou também lucro líquido de R\$ 32,7 bilhões, 0,5% acima dos R\$ 32,55 bilhões apurados em igual período no ano passado.

A queda do preço do petróleo no mercado internacional foi um dos fatores que influíram no resultado. Segundo o diretor financeiro e de relacionamento com investidores, Fernando Melgarejo, nos últimos 12 meses a cotação do petróleo tipo Brent caiu US\$ 11 por barril, e o impacto sobre a receita foi compensado com a elevação da produção de óleo para mais de 2,5 milhões de barris/dia.

"A Petrobras está gerando resultados financeiros positivos e retorno aos seus acionistas, mesmo diante do novo patamar de preços do petróleo", disse Melgarejo, em nota.

Os R\$ 12,16 bilhões em dividendos correspondem a R\$ 0,94320755 por ação ordinária (ON) e preferencial (PN) em circulação, como antecipação da remuneração aos acionistas relativa ao exercício de 2025, informou a companhia. O pagamento será feito em duas parcelas.

A primeira parcela corresponde a R\$ 0,47160378 por ação ON e PN em circulação, e será paga no dia 20 de fevereiro de 2026. A Petrobras pagará a segunda parte, de R\$ 0,47160377 por ação ON e PN em circulação, em 20 de março de 2026.

O balanço da companhia refletiu também efeitos não recorrentes, como o impacto de R\$ 5,63 bilhões em ganhos com a variação cambial do real frente ao dólar, o que equivaleu a uma alta anual de 44,9%. Além disso, a Petrobras ganhou R\$ 1,54 bilhão com a reversão líquida no valor de recuperação de ativos. Sem esses e outros eventos exclusivos, o lucro da petroleira seria de R\$ 28,65 bilhões - queda de 6% em um ano.

A receita líquida da Petrobras recuou 1,3% no terceiro trimestre, para R\$ 127,90 bilhões, quando comparado com a cifra apurada um ano antes. A petroleira teve ainda lucro antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado de

R\$ 63,91 bilhões, ligeira alta de 0,4% ante valor verificado em igual período em 2024.

A receita da Petrobras com a venda de derivados no mercado interno recuou 3,9% no trimestre encerrado em setembro, para R\$ 75 bilhões. Na mesma linha, os preços dos derivados da estatal tiveram redução média de 5,7%, em reais, no período.

A dívida líquida da Petrobras no fim de setembro chegou a US\$ 59,05 bilhões, montante 0,8% maior frente aos US\$ 58,6 bilhões do fim de junho. O passivo cresceu 33,44% na comparação anual, uma vez que a cifra havia chegado naquela ocasião a US\$ 44,25 bilhões.

Com isso, a alavancagem medida pela relação entre a dívida líquida e o Ebitda ajustado chegou a 1,53 vez, mesmo índice no fim de junho, mas acima do 0,95 vez registrado um ano antes.

A estatal disse ainda que no terceiro trimestre registrou exportações recordes de petróleo, alcançando a marca de 814 mil barris/dia, refletindo a maior produção de óleo pela empresa. Foram exportados R\$ 29,4 bilhões em petróleo no período, alta de 14,8% em relação ao terceiro trimestre de 2024, ainda segundo a Petrobras.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20251107>

Economia cresceu 3,2% em 2023, confirma IBGE

Alessandra Saraiva Do Rio

A economia brasileira cresceu 3,2% em 2023, segundo confirmação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que divulgou nesta quinta-feira (6) o Sistema de Contas Nacionais: Brasil referente àquele ano.

A confirmação faz parte de procedimento de rotina de revisão do Sistema de Contas Nacionais, que ajusta os indicadores com base em fontes adicionais.

Embora os dados se refiram ao ano de 2023, a divulgação ocorre em 2025 devido ao tempo necessário para consolidação e revisão das informações. Esse procedimento é parte do protocolo do IBGE, que aguarda dois anos para garantir mais precisão aos dados.

Na prática, os dados oficiais, e sem mais revisões, de **PIB** do Brasil só são anunciados dois anos após primeira divulgação feita pelo IBGE.

No começo de 2024, o instituto anunciou, em um primeiro momento, alta de 2,9% na atividade econômica de 2023. Ao término do ano passado, porém, o IBGE já havia começado a ajustar os dados e atualizou a taxa de crescimento da economia para aumento de 3,2%. Essa taxa de crescimento foi confirmada nesta quinta-feira na divulgação do Sistema de Contas Nacionais.

Os técnicos do IBGE detalharam também, em **comunicado** sobre o tema, o valor adicionado bruto (VAB) da economia brasileira, que é valor que cada setor da economia - como agricultura, indústria e serviços - cria ao transformar insumos.

O VAB cresceu 3,4% em 2023. Desse valor, em termos de impacto, 1,9 ponto percentual se deveu ao crescimento dos serviços; e 0,4 ponto percentual ao crescimento da indústria - juntos, esses setores representam mais de 93% do indicador. Já a agropecuária cresceu 16,3%, em 2023, contribuindo positivamente com 1,1 ponto percentual no VAB daquele ano.

O IBGE informou ainda que, em valores, o **PIB** atingiu R\$ 10,9 trilhões, em 2023. Já o **PIB** per capita chegou a R\$ 51.693,92.

Também em 2023, pelo lado da oferta, o instituto mapeou aumentos nas atividades de serviços (2,8%), indústria (1,7%), e agropecuária (16,3%). No caso de serviços, o destaque positivo foi o aumento em atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (7,5%), em 2023.

Já pela ótica da demanda, o instituto contabilizou altas de 3,4% no consumo final; de 3,2% no consumo das famílias; e de 3,8% na despesa de consumo final do governo.

Em contrapartida, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que representa investimentos alocados na economia, teve queda de 3%, em 2023. A taxa de investimento foi de 16,4%, no mesmo ano.

Das 12 principais atividades econômicas no **PIB**, dez ficaram estáveis ou cresceram, em 2023 - ante aumentos e estabilidade em nove, observados em 2022.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251107>

Siguler Guff mira ativo judicial no Brasil em novo acordo

O grande potencial do mercado de ativos judiciais no Brasil, como precatórios federais, acabou atraindo a atenção da gestora americana especializada em mercados privados Siguler Guff, que possui US\$ 17 bilhões em ativos sob gestão, com mais de 400 parceiros comerciais em cerca de nove países. Em um acordo inédito para a instituição, a casa adquiriu uma participação de 20% na gestora brasileira Lass Legal Capital, que é focada em ativos jurídicos. Trata-se da primeira vez em 30 anos que a instituição americana se tornou sócia de uma outra casa.

Embora a gestora não possa divulgar os números da transação em si, em virtude de limitações impostas pela SEC, equivalente a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) brasileira, o montante de ativos do Brasil que estão agora sob gestão da Siguler passou a ser o segundo maior da casa, atrás apenas dos Estados Unidos. Anteriormente, outros países, como China e Índia, costumavam figurar entre os maiores valores. Atualmente, dos quase US\$ 3 bilhões investidos pela gestora americana em ativos brasileiros, cerca de US\$ 2 bilhões estão em ativos judiciais. Os demais estão divididos em fundos de fundos de "private equity", "special situations" e "venture capital".

"Essa classe de ativos [judiciais] não é exclusiva, mas é muito própria do Brasil. O país tem uma cultura de litígio muito grande", avalia o sócio fundador da Lass Legal Capital Charles Grunberg.

A gestora americana começou a alocar em ativos brasileiros em 2007, por meio de fundos de investimentos alternativos, mas recentemente passou a investir diretamente em ativos jurídicos através de parcerias com gestoras no processo de "fund-raising" e na gestão propriamente.

Segundo o sócio-fundador da Lass Legal Capital Eduardo Nobre, a compra de uma participação na gestora brasileira representa apenas a oficialização de uma parceria entre ambas, que já dura anos. "O surgimento e a idealização da Lass veio da relação com a Siguler. Acabamos criando a Lass exatamente com essas provocações [da gestora americana]", conta. Hoje, a casa brasileira possui 14 fundos de direitos creditórios (EIDCs) focados em ativos jurídicos e cerca de R\$ 2 bilhões sob gestão.

O movimento de ambas ocorre em um momento estratégico para a gestora americana, que afirma ver um grande potencial em ativos judiciais brasileiros. O sócio da Siguler Guff e chefe de negócio para a América Latina, Cesar Collier, destaca que a situação fiscal do país é mais delicada e que a estabilidade no pagamento dos precatórios federais foi "abalada" durante a PEC dos Precatórios (PEC 66/2023), mas que o risco de uma nova limitação no pagamento desses títulos de dívida pública parece mais baixo hoje. "O risco de atrasos existe, mas o risco de não pagamento é você acreditar que o país deixou de existir. É o completo colapso do país. Não acredito nisso." O executivo da Siguler lembra ainda que as Propostas de Emenda à Constituição (PECs) que tentaram modificar estruturalmente o pagamento de precatórios federais foram derrubadas pelo Congresso. Recentemente, o governo também voltou a se manifestar sobre o assunto. No fim de outubro, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), afirmou que o governo irá pagar todos os precatórios expedidos pelo Judiciário, mesmo que não concorde com a decisão. "Prefiro ficar com a pecha de gastador do que com a de caloteiro." Entre os pontos que chamam a atenção dos estrangeiros nos ativos judiciais brasileiros estão a correção do valor dos precatórios pela **inflação**, juntamente com o pagamento de juros. "Querendo ou não, [corrigir pela] **inflação** é quase uma forma de mitigar uma po-

"Brasil tem uma combinação que, na ponta do lápis, faz o investidor estrangeiro topar apostar aqui"

Cesar Collier tem a tendência de desvalorização cambial. O Brasil pode ter inúmeros problemas, mas é um país com o judiciário forte, com uma **inflação** que não é galopante e com um dólar que está num valor "aceitável" para o investidor [de fora]", diz. "É uma combinação que, na ponta do lápis, faz o investidor estrangeiro topar apostar", resume Collier.

O executivo da Siguler também lembra que o investimento é atrativo para estrangeiros pelo fato de que o ativo começa a oferecer retorno, de forma mais rápida, do que em outras operações. "É um pouco diferente do que é o "private equity", que demora entre cinco e oito anos para devolver o dinheiro para o investidor. Como é uma operação de crédito, entre um e dois anos depois de feita, ela já começa a devolver [o dinheiro alocado] e isso ocorre até o oitavo ano do

fundo", destaca.

A preferência na hora de escolher um processo é por causas que já estão em fase de execução, ou seja, quando o mérito já foi decidido e não existe dúvida de que o governo deve pagar aquela empresa, explicam os executivos da Lass. "Chegamos nesse momento e oferecemos um capital para a companhia, que nada mais é do que uma antecipação de recebíveis. Cobramos juros, assumimos e aceleramos as causas com a nossa atuação", conta Collier, que trabalha em conjunto com a gestora brasileira.

Embora a Lass atue no mercado de precatórios, Nobre defende que o foco da gestora é oferecer uma solução um pouco mais completa do que é tradicionalmente ofertado hoje no mercado de fundos de "special situations", que costumam comprar títulos de dívida pública federal envolvendo causas de companhias em situação financeira mais delicada.

Para exemplificar, o sócio da Lass cita o caso recente de uma empresa que detinha um crédito bilionário de um processo judicial, que corria há cerca de 30 anos, mas a causa não estava no ativo dela. Nesse caso, então, montamos uma estrutura em cima da qual a necessidade específica do negócio, que não esteja focada apenas na monetização do ativo por si só. "A companhia nos pergunta se conseguimos oferecer alguma estrutura em que ela consiga usar esse capital que está "empacado" e que não está no balanço dela", então. "Assim, você consegue pensar da maneira com a necessidade dela", conclui.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20251107>

Postura conservadora do Copom pressiona juros futuros

Gabriel Caldeira, Arthur Cagliari, Luana Reis, Bruna Furlani e Maria Fernanda Salinet

A postura conservadora do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) no **comunicado** da decisão de juros da quarta-feira levou a uma reprecificação dos investidores para o ciclo de queda da taxa Selic. Com isso, os juros futuros subiram ontem, com o movimento concentrado nos vencimentos de curto prazo da curva a termo.

Encerrados os negócios no pregão de ontem, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) com vencimento em janeiro de 2027 subiu de 13,84%, do ajuste anterior, para 13,88%, enquanto a do DI de janeiro de 2031 oscilou de 13,37% para 13,375%.

Como mostrou o Valor, participantes do mercado interpretaram como sinalizações duras a manutenção das menções ao "período bastante prolongado" de Selic em patamar contracionista e de que o Copom "não hesitará" em subir a taxa novamente se julgar apropriado.

Por outro lado, o colegiado deu os primeiros sinais mais claros de que vê a atividade econômica em trajetória de arrefecimento e a **inflação** convergindo aos poucos à meta de 3%, inclusive com melhora de medidas subjacentes que vinham demonstrando mais resistência ao aperto monetário.

Para Luis Cezario, economista chefe da Asset 1, a comunicação do Copom "deu alguns passos" em direção ao ciclo de afrouxamento monetário que deve se iniciar no ano que vem, mas ainda sem sinalizar qual será o período certo para começar a cortar os juros. Na sua avaliação, o fato de o BC ter dito, pela primeira vez, que a Selic em 15% é suficiente para trazer a **inflação** à meta mostra que o Copom admite que a próxima discussão será o ciclo de flexibilização da política monetária.

"Ele ainda não está preparado para dar um sinal mais claro disso", diz Cezario. "Por isso preferiu ser bem cauteloso na comunicação. A porta está fechada para uma redução [da Selic] em dezembro, mas não para janeiro", diz ele, que tem em seu cenário-base um primeiro corte de 0,25 ponto percentual no primeiro mês de 2026 e uma Selic de 12% no fim do ano que vem.

Para Cezario, o **comunicado** afunilou a discussão sobre o momento certo do primeiro corte entre janeiro e março, e a decisão dependerá da evolução da economia. "Com mais dados de atividade abaixo do potencial, o mercado de trabalho com algum ajuste e as expectativas [de **inflação**] recuando mais um pouco, vai ser natural começar a discutir se o atual grau de aperto é de fato necessário". Neste sentido, o economista-chefe da Asset 1 entende que será importante olhar com atenção a ata da reunião desta semana, que será divulgada na próxima terça-feira e deve detalhar melhor a discussão do Copom sobre a moderação em curso tanto da atividade quanto da **inflação**.

Se a política monetária local guiou a renda fixa ontem, o mercado de câmbio ficou focado no cenário externo. O dólar comercial fechou em queda de 0,24% na véspera, cotado a R\$ 5,3479.

O movimento foi apoiado por dados mais fracos do mercado de trabalho americano divulgados pela empresa Challenger, Gray Christmas, que fizeram com que o mercado aumentasse a precificação para um novo corte de juros do Federal Reserve (Fecf, o banco central americano) ainda em dezembro.

Por conta principalmente do diferencial de juros e do cenário externo mais favorável, a XP Asset Management tem posição comprada em real contra o dólar e posição comprada em real e vendida em bolsa. Bruno Marques, gestor macro da casa, diz que o cenário externo deve continuar favorável, com a economia americana ainda exibindo bons números, mas com o Fecf preparado para dar algum suporte por meio de corte de juros, caso seja necessário.

"É uma economia que estava fraca no começo do ano, mas agora está mostrando um crescimento mais sólido. Por outro lado, o mercado de trabalho está desacelerando, e se isso piorar, o Fed deve cortar juros", afirma. No lado da moeda brasileira, o diferencial de juros deve continuar dando suporte ao real, diz o gestor. "Esse diferencial de juros alto tem feito a diferença. Você pode dividir o ganho do câmbio em duas possibilidades: pode ter o ganho de capital, quando sai de um nível e vai para outro; ou pode ter o ganho do carregamento. Acharmos que o ganho de capital é limitado nesse nível de R\$ 5,35, mas tem um carregamento

positivo", afirma. "Por isso estamos carregando essa posição."

Apesar da perspectiva por novos cortes de juros do Fed, as bolsas de Nova York fecharam o pregão de ontem em forte queda, com o S P 500 recuando 1,12%, aos 6.720,32 pontos. O mau humor externo se deu diante das preocupações dos investidores com os preços esticados de ações do setor de tecnologia, e foi agravado por dados mais fracos do mercado de trabalho americano.

Já no mercado de ações doméstico, o Ibovespa driblou o estresse visto no exterior e conseguiu renovar seu recorde histórico de fechamento pelo novo pregão consecutivo. O principal índice acionário da bolsa brasileira fechou praticamente estável, em leve alta de 0,03%, a 153.339 pontos.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20251107>

Ainda sob dúvidas, fundo para florestas atinge mais de 50% da meta

Jéssica Sant'A na e Sofia Aguiar De Belém

No primeiro dia da Cúpula de Líderes da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP 30), o Brasil conseguiu superar 50% da meta de reunir US\$ 10 bilhões em compromissos de investimentos de países no Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF, na sigla em inglês). Ao todo, foram anunciados US\$ 5,57 bilhões em investimento público para o fundo, que é a principal aposta do Brasil para a conferência. O fundo busca financiar a manutenção das florestas tropicais no mundo.

Além do Brasil, que já havia anunciado em setembro um aporte de US\$ 1 bilhão, a Indonésia se comprometeu a investir US\$ 1 bilhão, a Noruega, mais US\$ 3 bilhões, e a França falou em 500 milhões, o equivalente a US\$ 557 milhões. A meta do Brasil era conseguir US\$ 10 bilhões até 1º de dezembro de 2026, quando a presidência brasileira da COP será transferida para outro país.

Nesta sexta-feira (7), segundo dia da cúpula, a Alemanha também deve anunciar que vai aportar recursos no fundo. Com isso, a expectativa da presidência brasileira é que a meta de US\$ 10 bilhões seja batida talvez até o fim deste ano, muito antes do prazo estabelecido, o que vem sendo comemorado pelas autoridades do governo brasileiro.

"Pela primeira vez numa COP, um instrumento de solução de problemas ambientais pode efetivamente sair do papel", afirmou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em coletiva de imprensa, após reunião-almoço oferecida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos chefes de Estado e demais autoridades de países parceiros do TFFF. Foi nesse almoço que os países anunciaram os primeiros compromissos de investimentos. "Os aportes que conseguimos até então são muito auspiciosos", completou.

Por outro lado, a presidência brasileira da COP ainda não tem detalhes precisos das condicionantes apresentadas pelos países para fazer o aporte nem informações detalhadas sobre como o investimento será distribuído ao longo dos anos. Essas informações são essenciais para viabilizar de fato o fundo.

Por exemplo, o ministro do

Meio Ambiente da Noruega, Andreas Bjelland Eriksen, disse que o aporte do seu país será feito ao longo dos próximos dez anos. A França também se comprometeu com um aporte parcelado até o ano de 2030.

Segundo uma fonte da presidência brasileira, esses detalhes ainda serão formalizados num documento oficial, mas os países precisam antes aprovar os recursos em seu orçamentos para que o aporte saia de fato.

Por isso, autoridades brasileiras rechaçam as críticas de que os aportes ao TFFF ainda estão no campo da promessa. "Entra COP, sai COP e a gente não tem uma solução para a crise climática. Quantas e quantas COP já ocorreram sem que um anúncio como esse fosse feito, um anúncio prático de como resolver um problema com um mecanismo inovador", disse Haddad.

Subsecretário de

Assuntos

"Aportes que conseguimos até então são muito auspiciosos" Fernando Haddad

Econômicos e Fiscais do Ministério da Fazenda, João Paulo de Resende explicou que é preciso que haja o aporte de fato de US\$ 10 bilhões no fundo para que a conta seja aberta e o TFFF possa se tornar operacional. Esse valor mínimo foi estabelecido pelos países envolvidos com o mecanismo financeiro. A expectativa é os US\$ 10 bilhões de dinheiro público alavanquem em quatro vezes recursos privados.

Ao todo, a meta é que o fundo tenha US\$ 125 bilhões em gestão, sendo US\$ 25 bilhões de recursos públicos e o restante vindo de dinheiro privado. A expectativa do governo brasileiro é que em torno de três anos seja alcançado o compromisso de os países investirem os US\$ 25 bilhões.

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, destacou que o TFFF é um divisor de águas na história da conservação das florestas tropicais. "Pela primeira vez, temos um mecanismo global que reconhece o valor dos serviços ecossistêmicos das florestas e

oferece incentivos permanentes para sua preservação. É uma conquista coletiva que coloca o Brasil no centro da construção de soluções climáticas duradouras", pontuou.

Em meio aos esforços do Brasil para o fundo receber investimentos,

o ministro norueguês reforçou que é necessária a participação de mais países e patrocinadores. "Estamos comprometidos em garantir que essa ideia se torne algo mais, uma estrutura para proteger as florestas tropicais do mundo por um futuro previsível", disse.

O embaixador Mauricio Lyrio, secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores, disse que 53 países endossaram a declaração do TFFF, lançada nesta quinta-feira (6), se tornando potenciais investidores do fundo. Entre os países, estão Alemanha, Áustria, Bélgica, Canadá, China, Emirados Árabes Unidos e Japão, além da União Europeia.

Na abertura da reunião-almoço sobre o fundo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que a presidência brasileira da COP espera contar, em breve, com o engajamento do Novo Banco de Desenvolvimento (também conhecido como Banco dos Brics), do Banco Africano de Desenvolvimento e de outros bancos regionais.

Diferentemente de outros mecanismos financeiros, o TFFF não é baseado em doação. Os valores levantados serão reinvestidos em ações e títulos, dentro de um portfólio diversificado, para remuneração dos investidores. Parte

do lucro será repassada aos países com florestas tropicais para investimentos em preservação do meio ambiente.

Ainda durante o almoço, Lula fez uma defesa enfática sobre a necessidade de preservar as florestas. "Quando a destruição das florestas atingir pontos irreversíveis, [os efeitos] serão sentidos nos quatro cantos do mundo. As florestas valem mais em pé do que derrubadas", disse.

Para o presidente brasileiro, as florestas deveriam integrar o Produto Interno Bruto (**PIB**) dos países. "Os serviços ecossistêmicos que prestam para a humanidade precisam ser remunerados, assim como as pessoas que protegem as florestas", comentou.

Por fim, o chefe do Executivo brasileiro frisou que os fundos verdes e climáticos internacionais existentes não estão à altura dos desafios da mudança climática,

enquanto o TFFF inova na forma de financiamento e propõe um novo modelo de governança, com a presença em pé de igualdade de países investidores e de países que possuem florestas tropicais em seus territórios.

No mundo, existe 1,1 bilhão de hectares de florestas tropicais distribuídos em 73 países em desenvolvimento.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251107>